

NOTÍCIAS

303 | Abril 2024 | Jornal mensal

A partir de 01/01/2019 esta publicação destina-se a envio exclusivo por correio eletrónico

CAP E MINISTRO CONCORDAM

Com política de colaboração e crescimento



A Confederação dos Agricultores de Portugal teve a primeira audiência com o ministro da Agricultura, na tarde de 12 de abril, a quem entregou o documento «MUDANÇA DE PARADIGMA NA AGRICULTURA».

No mesmo dia em o Programa do XXIV Governo foi aprovado no Parlamento (chumbadas as moções de rejeição do PCP e do BE, e com a abstenção do PS), a CAP pode formalizar os seus cumprimentos ao novo titular da pasta. Durante o encontro, a equipa do ministro José Manuel Fernandes pode trocar impressões com a delegação da CAP sobre o estado em que se encontra a agricultura nacional, desde o crescente desinvestimento económico até à deterioração dos serviços, nomeadamente a tentativa de menorizar o papel do Ministério, desmembrando-o das suas competências nos últimos anos.

O Governo reconhece a importância de retomar a dinâmica de crescimento e a melhoria de rendimentos dos produtores agrícolas e florestais através da recuperação de eficiência dos instrumentos de apoio e de política. Reprogramar o PEPAC, potenciar a utilização de fundos europeus, investir num plano estratégico para a água e o regadio, pagar atempadamente, expandir o acesso à internet de banda larga, por exemplo, são algumas das afirmações do Programa para o

sector. Contudo, dele consta também e com destaque, o reforço da comunicação com os produtores e agentes económicos, a valorização e optimização do Ministério da Agricultura para que se recupere uma relação de confiança entre governantes e produtores agrícolas e florestais.

No entendimento da CAP, a tarefa do ministro da Agricultura é difícil e complexa. Nesse sentido, enquanto Parceiro Social e maior Confederação socioprofissional agrícola do país, expressou ao governante disponibilidade para colaborar de forma positiva e dialogante, oferecendo, nomeadamente, a sua capacidade técnica para encontrar soluções imprescindíveis e urgentes.

Como dever de responsabilidade que estes estatutos lhe conferem, a CAP deixou nas mãos do ministro o seu primeiro contributo: o documento «MUDANÇA DE PARADIGMA NA AGRICULTURA – De uma governação falhada a uma política de colaboração e de crescimento». Com a participação das organizações filiadas, o texto reflecte a necessidade da Agricultura se assumir como um sector estratégico nacional, concluindo que tal não será possível sem mudanças na estrutura e operacionalidade do Ministério, e nas opções da política agrícola nacional.

(O documento está publicado na edição nº 291 da Revista do Agricultor)

EMÍLIA CERQUEIRA

Preside à Comissão de Agricultura



A deputada Emília Cerqueira, pertencente ao grupo parlamentar do PSD pela região Norte desde a XIII legislatura, é a nova presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura. As duas vice-presidências foram entregues a João Paulo Graça, do Chega, e a Clarisse Campos do Partido Socialista. A Comissão de Agricultura é composta por 23 elementos efetivos, de oito das nove forças políticas com assento no hemiciclo, uma vez que o PAN não a integra. (Conheça a Composição da Comissão na pag.3)



Índice

- Programa do XXIX Governo para Agricultura e Floresta
- Faixas de gestão de combustível
- Campanha Europeia de Segurança e Saúde no Trabalho 2023-2025
- Gripe das Aves nos Estados Unidos
- Composição da Comissão de Agricultura
- Parlamento aprovou flexibilização de regras ambientais da PAC
- Francisco Calheiros reeleito presidente da CTP
- Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas
- 7º Congresso Nacional do Azeite
- Portugal Sou Eu | Cooperativa Agrícola da Tocha adere ao Portugal Sou Eu

& dito escrito

“Prometemos que era necessário dar mais peso político ao Ministério da Agricultura e de valorizar a relação do Ministério da Agricultura com o Ministério do Ambiente. A ministra do Ambiente e Energia e o ministro da Agricultura e das Pescas já trabalhavam em conjunto e vão continuar a trabalhar, porque é em conjunto e em equilíbrio que os dois temas têm de ser tratados e o Governo quer um país que se preocupa com a sustentabilidade ambiental, com as alterações climáticas, mas que se preocupa também em produzir.”

Luís Montenegro
Primeiro-ministro
Ovibeja, 30/04/2024

“É preciso que se mantenha a PAC, que não deve ser renacionalizada, e que se mantenha o seu orçamento, que até pode ser reforçado. A melhor forma de defendermos os próximos fundos da PAC é utilizá-los bem; não perdermos um cêntimo.”

José Manuel Fernandes
Ministro da Agricultura e Pescas
Entrevista ao Público, 22/04/2024

“A agricultura pode, efetivamente, reduzir o seu impacto ambiental se aproveitar todo o conhecimento científico disponível.”

Maria da Graça Carvalho
Ministra do Ambiente e Energia
Curia, 27/04/2024

“Há uma data fundadora da democracia: o 25 de Abril. O 25 de Novembro reasumiu esse compromisso original. Separar as datas é um erro histórico.”

General Ramalho Eanes
Ex-Presidente da República (1976-1986)
Celebração dos 50 anos do 25 de Abril
SIC Notícias, 21/04/2024

PROGRAMA DO XXIV GOVERNO PARA A AGRICULTURA E A FLORESTA



GOVERNO DE
PORTUGAL

“O GOVERNO TEM COMO OBJETIVOS ESTRATÉGICOS retomar a dinâmica de crescimento do setor e melhorar os rendimentos dos produtores. Por isso, irá dar-lhes confiança e previsibilidade. É essencial reponderar as estruturas do Ministério.

Será reintroduzido um objetivo económico ao setor, focado na redução do défice da balança comercial agroalimentar e numa aposta na recuperação da eficiência dos instrumentos de apoio e de política.

Apostar-se-á na execução de um plano estratégico para a água e o regadio, não só como fonte de rendimento económico, mas também como combate às alterações climáticas.

O Governo adotará uma comunicação que promova a valorização dos setores da agricultura, floresta e pescas e do papel que estes desempenham na sustentabilidade económica, ambiental e social. Estes objetivos não poderão ser alcançados sem investimento na investigação, na inovação e desenvolvimento, na digitalização do setor e na renovação geracional.

O Governo pretende conciliar e compatibilizar a competitividade com os objetivos do combate às alterações climáticas e na defesa da biodiversidade. A implementação das medidas para mitigação e adaptação às alterações climáticas só terá sucesso se envolverem os respetivos setores e se forem graduais. Exigem, em simultâneo, ambição, firmeza, realismo e gradualismo.

O GOVERNO IRÁ:

- ▶ Contribuir para um contrato de confiança com os agricultores, produtores florestais e pescadores e otimizar a estrutura do Ministério;
- ▶ Retomar a relevância política do Ministério e valorizar o setor da Agricultura;
- ▶ Valorizar e agregar a funcionalidade institucional do Ministério e dos seus organismos, reponderando as alterações à arquitetura institucional-territorial das Floresta e da Agricultura e Pescas;
- ▶ Reforço do investimento continuado em investigação nas fileiras de base nacional - sobreiro, pinheiro manso e pinheiro-bravo - e consolidação do apoio ao tecido associativo agroflorestal, delegando competências e promovendo parcerias;
- ▶ Consolidar o papel do ICNF enquanto entidade de referência na floresta portuguesa, apostando na sua capacitação e modernização de forma a poder contribuir eficientemente para o desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa;
- ▶ Reforçar a abordagem de uma só saúde, incluindo o bem-estar animal considerado no Ministério da Agricultura;
- ▶ Rever a carreira dos Vigilantes da Natureza, assim como valorizar a carreira de Sapador Florestal;
- ▶ Reforçar a produção e divulgação de informação meteorológica, necessária à atividade agrícola, florestal e da pesca.
- ▶ Promover a articulação dos Sistemas de Informação entre as várias entidades por este tuteladas;
- ▶ Implementar o Plano para a Aquicultura em Águas de Transição com o objetivo de aumentar em 50 % a produção aquícola nesta década;
- ▶ Reforçar a comunicação do Ministério com os produtores e agentes económicos dos setores;
- ▶ Desenvolver uma estratégia de comunicação eficaz dos setores agrícola, florestal e pescas que vise divulgar o conhecimento da população para a sua importância económica, social e ambiental;
- ▶ Modernizar as estruturas do Ministério reforçando a sua digitalização;
- ▶ Favorecer a investigação e inovação.

NA SIMPLIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PRETENDE-SE:

- ▶ Desburocratizar e simplificar todos os processos;
- ▶ Aprovar a introdução de regimes de custos simplificados;
- ▶ Reduzir os custos de contexto;
- ▶ Agilizar os procedimentos de licenciamento de infraestruturas agrícolas e florestais nas explorações;

O GOVERNO TEM, AINDA, COMO OBJETIVOS:

- ▶ Aumentar o rendimento disponível e potenciar a utilização dos fundos da Política Agrícola Comum;
- ▶ Pagar atempadamente e de acordo com a calendarização divulgada antecipadamente, dando previsibilidade aos beneficiários;
- ▶ Reprogramar o Plano Estratégico da PAC (PEPAC), simplificando os procedimentos para os beneficiários;
- ▶ Reforçar as relações dos agentes económicos no setor agroalimentar promovendo o equilíbrio na distribuição na Cadeia de Valor;
- ▶ Reforçar o papel das Organizações de Produtores e das Cooperativas de forma a aumentar a concentração da oferta;
- ▶ Fortalecer o papel das Organizações de Produtores Florestais na extensão florestal através do estabelecimento de contratos programa;
- ▶ Reduzir o défice da balança comercial do setor agroalimentar, através do aumento das exportações, aumento do grau de autoaprovisionamento visando o incremento do Valor Acrescentado Bruto e a melhoria do rendimento dos produtores;
- ▶ Aumentar a produtividade e as matérias-primas disponíveis das principais fileiras florestais;
- ▶ Reforçar a investigação e inovação, incentivando as bioindústrias e criação de valor no setor florestal;
- ▶ Potenciar o mercado voluntário de carbono com vista a remunerar os produtores florestais e agrícolas que desenvolvam práticas que aumentem quantidade de carbono sequestrado;

DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO, O GOVERNO IRÁ:

- ▶ Criar instrumentos financeiros para a capitalização das empresas dos setores e para financiar projetos agrícolas, florestais e pescas. O Banco Europeu de Investimentos (BEI) será chamado a ter um papel ativo neste objetivo, nomeadamente através da utilização de programas europeus, como o InvestEU;
- ▶ Contribuir para a autonomia estratégica da União Europeia através do reforço da competitividade da nossa agricultura, das florestas e pescas. Neste domínio, será divulgado o programa STEP (Plataforma de Tecnológicas Estratégicas para a Europa) para atrair investimentos nesta área;
- ▶ Mobilizar recursos do Fundo Ambiental para financiar planos e iniciativas de armazenamento e de gestão eficiente dos recursos hídricos, contribuindo para a adaptação às alterações climáticas e beneficiando os agentes do território;
- ▶ Considerando que o PRR desperdiçou uma oportunidade de 8.300 M euros na vertente dos empréstimos e que o acordo de parceria Portugal 2030 também não tem montantes destinados a estes objetivos, a utilização de montantes do Fundo Ambiental e o envolvimento do BEI e de programas europeus como o InvestEU serão essenciais para a execução deste plano.

- ▶ Investir no aumento da capacidade de armazenamento de águas superficiais e consequente aumento das áreas beneficiadas por regadios públicos;
- ▶ Avaliar e rever os limites dos perímetros de rega públicos, adequando a sua área beneficiada às tecnologias e eficiência de rega atual;
- ▶ Aumentar a quantidade de águas residuais tratadas utilizadas no setor primário;
- ▶ Reforçar a eficiência hídrica;
- ▶ Reabilitar os perímetros de rega consoante as necessidades.

NO EIXO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, AMBIENTAL, SOCIAL E TERRITORIAL, O GOVERNO PRETENDE:

- ▶ Apostar no regadio como fonte de desenvolvimento económico;
- ▶ Expandir o acesso a internet de banda larga às áreas rurais e de baixa densidade populacional;
- ▶ Promover a arborização com espécies autóctones, aumentando a biodiversidade e reduzindo a vulnerabilidade das zonas rurais a incêndios, em colaboração com os agentes do território;
- ▶ Apostar na divulgação e execução de tecnologias de agricultura de precisão com o objetivo de aumentar a eficiência de utilização dos fatores de produção;
- ▶ Avançar para a monitorização dos solos, sem encargos adicionais para os agricultores;
- ▶ Promover elevados padrões de segurança alimentar;
- ▶ Remunerar as externalidades positivas da floresta, com a implementação de mecanismos de compensação dos serviços de ecossistema em áreas de produção e conservação florestal;
- ▶ Renovação geracional:
 - Promover a renovação geracional nos setores;
 - Estudar a criação de linhas de crédito de longo prazo, com juros bonificados, para a aquisição de terrenos agrícolas por jovens agricultores, associado a um plano empresarial de investimento;
- ▶ Apostar na atração e qualificação de mão-de-obra para trabalhar nas diversas fileiras;
- ▶ Promover as sinergias e complementaridades entre os fundos da Política de Coesão e a Política Agrícola Comum;
- ▶ Reforçar as ações de formação profissional tendo em conta as necessidades e especificidades do território, qualificando a mão-de-obra;
- ▶ Contribuir para diminuir o risco e a perigosidade de incêndios rurais;
- ▶ Reforçar a implementação do cadastro rústico e do emparcelamento, estimulando a gestão agregada de terrenos florestais;
- ▶ Viabilizar centrais de biomassa residual das florestas, matos e incultos;
- ▶ Fomentar e valorizar as cadeias de abastecimento curtas e locais, respeitando a sazonalidade dos produtos alimentares;
- ▶ Dinamizar os processos de reconhecimento de produtos protegidos num regime de qualidade (Indicações Geográficas e Especialidades Tradicionais Garantidas);
- ▶ Apoiar as Regiões Autónomas, os Açores e a Madeira, reconhecendo e tendo em atenção às suas características de regiões ultraperiféricas;
- ▶ Valorizar os sistemas de produção extensiva, considerando a qualidade dos produtos.

NO INVESTIMENTO NA CAPTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA E EFICIÊNCIA DA REGA, O GOVERNO IRÁ:

Programa do XXIV Governo, Ponto 8.3

Fonte: www.portugal.gov.pt

COMISSÃO DE AGRICULTURA



No início de cada legislatura, as presidências das comissões parlamentares são distribuídas de forma proporcional em função do peso de cada bancada no conjunto dos 230 deputados, tendo também em conta a orgânica do Governo em funções.

Considerando o sistema tripartido que domina o atual Parlamento, a distribuição das presidências das 14 comissões parlamentares ficou estabelecida entre PSD (6), PS (5) e Chega (3), da seguinte forma:

- PSD 6: Assuntos Constitucionais, Assuntos Europeus, Economia, Agricultura, Ambiente, e Transparência e Estatutos dos deputados
- PS 5: Negócios Estrangeiros, Orçamento e Finanças, Saúde, Trabalho e Segurança Social, e Cultura e Juventude.
- Chega 3: Defesa Nacional, Educação e Ciência, Poder Local e Coesão Territorial

No caso da Comissão de Agricultura e Pescas esta é composta por 7 deputados do PSD, 7 do PS, 4 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do BE, 1 do PCP, 1 do Livre e 1 do CDS-PP. O PAN não tem assento nesta Comissão.

COMPOSIÇÃO - Membros efetivos, por Partido e Círculo Eleitoral

PSD - Presidente: Emília Cerqueira (Viana do Castelo)

CH - 1.º vice-Presidente: João Paulo Graça (Faro)

PS - 2.º vice-Presidente: Clarissa Campos (Setúbal)

PSD | Amílcar Almeida (Vila Real), Carla Barros (Porto), Cristovão Norte, (Faro), Eduardo Oliveira e Sousa (Santarém), Gonçalo Valente (Beja), Sónia dos Reis (Setúbal).

PS | Carlos Silva (Vila Real), Luís Graça (Faro), Nelson Brito (Beja), Palmira Maciel (Braga), Ricardo Pinheiro (Portalegre), Walter Chicharro (Leiria).

CH | Diva Ribeiro (Beja), Miguel Arruda (Açores), Pedro dos Santos Frazão (Santarém).

IL | Mário Amorim Lopes (Aveiro)

BE | José Soeiro (Porto)

PCP | Alfredo Maia (Porto)

Livre | Jorge Pinto (Porto)

CDS-PP | João Almeida (Porto)

Fonte: www.parlamento.pt

Campanha Europeia de Segurança e Saúde no Trabalho 2023-2025

Estão abertas até 31 de agosto, as inscrições aos Prémios de Boas Práticas da Campanha «Trabalhar com Segurança e Saúde na era Digital»

A 16.ª edição dos Prémios de Boas Práticas da Campanha «Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis» no domínio da segurança e saúde no trabalho visa reconhecer as organizações que contribuem de forma excecional e inovadora para a segurança e a saúde, prevenindo os riscos associados à transformação digital no local de trabalho.

Organizados pela Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no

Trabalho (EU-OSHA) e pela sua rede de parceiros, os Prémios oferecem a oportunidade perfeita para participar na campanha, permitindo às organizações promover e partilhar boas práticas em toda a Europa.

O concurso é um processo composto por duas fases. Todas as candidaturas são avaliadas, numa primeira fase, a nível nacional e, em seguida, um júri pan-europeu tripartido reúne-se para selecionar os vencedores globais.

Os resultados de todos os selecionados, premiados e menções honrosas de boas práticas são amplamente promovidos pela EU-OSHA e pela sua rede de parceiros.

A Campanha Europeia 2023-2025: Trabalhar com segurança e saúde na era digital” está estruturada em 5 áreas prioritárias:

- Trabalho em plataformas digitais
- Robótica avançada e inteligência artificial
- Trabalho à distância
- Sistemas digitais inteligentes
- Gestão de trabalhadores através da inteligência artificial

Mais informações: Ponto Focal Nacional da EU-OSHA, ACT (Telef.: 239 400 019 | Email: pfu.eu-osh@act.gov.pt).



GRIFE AVIÁRIA NOS ESTADOS UNIDOS Confirmada em bovinos de leite



A Direção Geral de Alimentação e Veterinária divulgou em comunicado a presença, pela primeira vez nos Estados Unidos da América, de casos de infeção de Gripe Aviária de Alta Patogenicidade (GAAP) em explorações de bovinos de leite, confirmados no final de março.

Os animais apresentaram um quadro clínico caracterizado por letargia,

diminuição da produção leiteira e alterações das características do leite (espessamento, semelhante ao colostro), diminuição da ingestão de alimento, febre e desidratação.

Embora se considere que estas infeções terão tido origem em contactos diretos ou indiretos com aves selvagens infetadas, a possibilidade de transmissão de

bovino para bovino não pode ser excluída.

Além disso, a infeção por vírus da GAAP do subtipo H5N1 foi também confirmada num trabalhador de uma das explorações afetadas que apresentou um quadro clínico ligeiro caracterizado por conjuntivite.

Nestas circunstâncias, a DGAV reforça a recomendação do cumprimento das boas práticas de biossegurança nas explorações, bem como a vigilância atenta dos efetivos, para permitir uma deteção o mais precoce possível de qualquer suspeita de infeção por vírus da GAAP. Tais suspeitas deverão ser imediatamente comunicadas aos serviços da DGAV.

A Gripe Aviária de Alta Patogenicidade é uma doença de elevado contágio provocada pelo vírus *Influenza A* com alta variedade de subtipos, e afeta aves domésticas e selvagens, podendo também infetar mamíferos domésticos e selvagens através da ingestão de aves infetadas ou por exposição a ambientes contaminados com excreções ou cadáveres daquelas aves.

FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL



O CoLAB ForestWISE®, em parceria com E-REDES, apresentou a plataforma de apoio à tomada de decisão na implementação de áreas consideradas como Ocupação Compatível em troços das Faixas de Gestão de Combustível. Este instrumento de apoio à gestão identifica de forma não vinculativa, para cada município, um conjunto de espécies recomendadas, indicando também o uso potencial associado e o respetivo modelo

operacional de gestão.

O desenvolvimento da plataforma tem por base o Decreto-Lei nº 82/2021, que estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e as suas regras de funcionamento. Nele se prevê que a remoção de combustível nas faixas de gestão e nas áreas estratégicas de mosaicos, possa ser substituída por um tipo de Ocupação Compatível, nos seguintes termos: “a ocupação

do solo de modo diverso do previsto nas normas de gestão de combustível, desde que conciliável com o objetivo de gestão de combustível, reduzindo a sua disponibilidade para a ignição e progressão do fogo, e geradora de valor para os proprietários ou para as comunidades”.

A plataforma agora apresentada decorre da introdução do referido conceito de ocupações compatíveis na legislação subjacente à execução de faixas de gestão de combustível

(FGC).

Qualquer entidade pública ou privada, com interesse na gestão da rede secundária de faixas de gestão de combustível (FGC) ou mosaicos, pode consultar esta informação gratuitamente.

Mais informações: <https://ocupacoescompativeis.forestwise.pt/>

Congresso Nacional do Azeite a 17 de Maio



Estão abertas as inscrições para o 7º Congresso Nacional do Azeite que se realizará a 17 de maio, em Valpaços, no âmbito da Feira Nacional de Olivicultura, organizado pelo Centro de Estudos e Promoção do Azeite do

Alentejo (CEPAAL) com o apoio da Câmara Municipal de Valpaços.

O evento vai reunir os mais prestigiados oradores nacionais e internacionais para discutirem os desafios, soluções e tendências da fileira, integrado na Feira Nacional de Olivicultura que a cidade recebe entre 17 e 19 de maio.

O Congresso Nacional do Azeite é uma iniciativa que tem como objectivo dinamizar o setor Olivícola e Oleícola Nacional enquanto fórum de excelência para o diálogo, promovendo um ponto de encontro para os profissionais do sector, palco de discussões e partilha de informação relativamente a temáticas relacionadas com o setor olivícola e

oleícola privilegiando a divulgação de informação de cariz sobretudo técnico.

O programa da 7ª edição elegeu três temas que serão abordados em diferentes painéis:

- Olivoturismo/Oleoturismo, uma realidade?
- Preço do Azeite: mitos e tabus
- Alterações climáticas, o futuro hoje

Inscrições em: <https://congressoazeite.wikisite.com/webseite-1>

Informações em: congressonacionaldoazeite@gmail.com

Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas



Foi publicada em Diário da República nº 66, Série I, (03/04/2024) a Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024 que aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do 3.º ciclo de planeamento.

Em 7 de fevereiro, a Comissão Europeia tinha alertado seis Estados-

membros para a situação de atraso “na revisão, adoção e comunicação dos terceiros Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas e dos segundos planos de gestão dos riscos de inundações”.

Portugal integra este grupo, juntamente com a Bulgária, Irlanda, Espanha, Malta e Eslováquia. Nessa data foi concedido a Portugal uma extensão de dois meses para concluir os referidos Planos, sob pena de o caso subir ao Tribunal de Justiça da União Europeia.

Os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas estão previstos na Diretiva-Quadro da Água, de 2000, e incluem um programa de medidas para garantir o bom estado de todas

as massas de água.

O diploma agora publicado determina ainda a criação de um Grupo de Trabalho de suporte à avaliação dos consumos de água, disponibilidades hídricas para aplicação do índice de escassez WEL+ (Water Exploitation Index+) visando a atualização periódica dos estudos de referência e a sua publicação, para efeitos de aplicação dinâmica do programa de medidas. A composição deste Grupo de Trabalho será definida por despacho de membros do Governo de diversas áreas, incluindo a agricultura.

Francisco Calheiros reeleito presidente da Confederação do Turismo



Fotografia: <https://ctp.org.pt>

Parceiro Social do Governo para o sector do Turismo, a Confederação do Turismo de Portugal reelegeu Francisco Calheiros para liderar a CTP, em representação da Associação da Hotelaria, Restauração

e Similares de Portugal (AHRESP) no próximo mandato de 2024 a 2027. A eleição decorreu no dia 27 de março, tendo a lista única que se apresentou ao ato eleitoral recebido 94,9% do número total de votos expressos.

Sobre as expectativas com o novo Governo, Francisco Calheiros mostrou-se satisfeito com a intenção do Executivo de visitar as alterações à lei laboral da Agenda do Trabalho Digno, tema que deverá regressar à

Concertação Social. “Isso agradou-me imenso, porque as confederações patronais foram muito contra a Agenda do Trabalho Digno”, afirmou. A Direção da CTP destaca a reforma do Estado, a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Portugal 2030, a fiscalidade, os custos de contexto e as questões da demografia como eixos estratégicos da governação. Especificamente para o Turismo, a decisão sobre o novo aeroporto, a privatização da TAP, a transformação digital, e os apoios à consolidação e internacionalização das empresas são os temas prioritários.

PARLAMENTO EUROPEU APROVOU flexibilização de regras ambientais da PAC



Com 425 votos a favor, 130 contra e 33 abstenções o Parlamento aprovou uma revisão da PAC destinada a aliviar os encargos administrativos para os agricultores da União Europeia.

A revisão altera as normas relativas a três condicionalidades ambientais que os agricultores devem respeitar para receberem financiamento, e prevê igualmente, uma maior flexibilidade para os países da UE concederem isenções às normas

da PAC se existirem problemas com a sua aplicação e em caso de problemas causados por condições meteorológicas extremas.

As regras ambientais que foram flexibilizadas respeitam às obrigações de pousio e à diversificação de culturas, sendo que as explorações até dez hectares de superfície passam a ficar isentas de controlos e sanções por incumprimento de algumas regras da PAC.

É também simplificado o

procedimento de alteração dos planos estratégicos nacionais da Política Agrícola Comum para os Estados-membros.

Criada para responder à crise que motivou fortes protestos dos agricultores europeus, a proposta será adotada rapidamente para que os agricultores sejam autorizados a aplicar as condições ambientais revistas nos seus pedidos de apoio em 2024.

Fonte: www.europarl.europa.eu



Cooperativa Agrícola da Tocha adere ao Portugal Sou Eu

A Cooperativa Agrícola da Tocha foi criada em 1974, na Tocha, concelho de Cantanhede. Esta empresa dedica-se ao Comércio por Grosso de Leite em Natureza, à Cultura de Produtos Hortícolas, Raízes, Tubérculos, ao Comércio por Grosso de Cereais, Sementes, Leguminosas, Comércio a Retalho de Flores, Plantas, Sementes, Fertilizantes, Comércio por Grosso de Fruta e Produtos Hortícolas, Comércio por Grosso de Batata, Comércio por Grosso de Carne e Produtos à Base de Carne e ainda ao Comércio a Retalho em Supermercado, privilegiando assim a ligação entre produtores cooperantes e consumidores.

Após 50 anos de existência, a CAT - Cooperativa Agrícola da Tocha, é uma das maiores empresas a nível nacional, encontrando-se entre as 100 maiores do ramo cooperativo e entre a 1.000 maiores a nível absoluto e, recentemente, aderiu ao programa Portugal Sou Eu com um dos seus produtos de excelência, o morango.



Serviço de Aconselhamento Agrícola e Florestal

Beneficie deste serviço e informe-se! Contacte-nos!

CAP
AGRICULTORES DE PORTUGAL

R. Mestre Lima de Freitas, 1º1,
1549-012 Lisboa
www.cap.pt
21 7100000

Sistema de Aconselhamento Agrícola e Florestal

Colaborado por:

ERDF
2020